MILHO

Plantio menor nos estados exportadores

Há claros indicadores de que o plantio da primeira safra de milho na temporada 1995/96 não será tão intenso quanto o verificado em 1994/95, o que levanta dúvidas quanto à tranqüilidade do abastecimento interno futuro.

No ano de 1995, o mercado do milho apresentou uma situação *sui generis*. Isto porque a importância que o produto adquiriu, desde que se tornou estratégico para a garantia de fornecimento de proteína animal de baixo custo — aspecto vital para o controle da inflação —, não deveria ser compatível com a sua fraquíssima comercialização.

Assim, quando o governo definiu as condições de custeio para a temporada 1995/96, o mercado deste cereal encontrava-se em uma situação que, se não era nova, apresentava matizes mais carregados do que já havia sido observado anteriormente.

De um lado, a oferta recorde do produto, tanto na primeira quanto na segunda safras, aliada ao elevado estoque oriundo da temporada anterior levaram a que a disponibilidade total chegasse a inéditos 43,5 milhões de toneladas.

De outro lado, a forte demanda, garantida pelo crescimento das atividades criatórias avícola e suinícola, assegurava o escoamento do produto, contrapondo à mencionada oferta recorde o consumo também recorde de nada menos que 35,5 milhões de toneladas.

De fato, não foi tanto a diferença de 8 milhões de toneladas entre os dois indicadores a responsável pela depressão das cotações do milho no Centro-Sul ao longo do ano. A causa está muito mais nas falhas estruturais, que tradicionalmente caracterizam tanto o seu escoamento das áreas produtoras para as consumidoras, quanto o seu armazenamento.

Além do mais, a influência depressiva que a safrinha vem determinando sobre as cotações desde há algum tempo foi reforçada, no presente ano, pelo fato de o seu volume ter alcançado o patamar recorde de 3,1 milhões de toneladas.

Safrinha atenua entressafra

Tradicional na Bahia, o segundo plantio começou a se desenvolver no Paraná como opção à semeadura do trigo na safra 1986/87. Iniciou-se com a colheita de pouco mais de 300 mil toneladas, em 213 mil hectares. Posteriormente, não só a área plantada se expandiu, como também passaram a aderir ao segundo plantio outros estados do Centro-Sul. Atualmente, todos os estados do Centro-Oeste cultivam a safrinha e participaram com 28% da área total semeada em 1995, de 1,7 milhão de hectares. São Paulo também possui participação importante, que chegou a 22%, nessa estação. O Paraná, por sua vez, abocanhou 36% da área brasileira, com um rendimento físico recorde de 2.200kg/ha, devido à ausência de geadas no estado durante o último inverno.

De fato, a partir da consolidação do plantio da segunda safra de milho, a tradicional tendência à elevação dos preços do milho na entressafra mudou de forma radical. À medida que o total colhido passou a aumentar, aguçou-se a influência baixista, até extinguir-se o modelo típico de baixa das cotações no primeiro semestre e de altas no segundo semestre.

Fatores condicionantes do plantio

Tendo em vista esses acontecimentos recentes, pode-se especular a respeito das prováveis decisões dos agricultores para o plantio da safra de milho 1995/96 no Centro-Sul. Eles certamente estarão levando em consideração vários aspectos. O primeiro deles é, sem dúvida, a desvalorização do preço mínimo de garantia do produto, que foi diminuído, dos R$6,32/60kg definidos para a safra 1994/95, para R$6/60kg na atual temporada. Além do impacto psicológico altamente negativo que marca uma diminuição nominal num ambiente ainda inflacionário, o novo preço mínimo ficou 9% abaixo do custo total de produção, conforme estimativa da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), para uma produtividade de 5.400kg/ha.

O segundo aspecto é a inadimplência que está grassando no meio rural e que tem tornado os bancos mais exigentes quanto às garantias para a concessão dos empréstimos aos agricultores. Apesar de, no início de outubro último, o governo federal ter anunciado o programa de securitização de parte da dívida agrícola, até que tal medida seja implementada já se terá esgotado o prazo recomendado (ou programado) para o plantio de milho em muitas regiões do Centro-Sul. Ou seja, grande parte dos produtores não conseguirá dispor dos recursos necessários para a semeadura, até

Brasil — estoques de milho vinculados aos EGF — Anos-safra 1991/92

Em mil toneladas — posição em 22 de agosto de 1995

	1993/94		1994/95	
Região/UF	COV	SOV	COV	SOV
Norte	857,4	2.816,5	6.670,2	1.520,2
RO	615,6	0,0	163,8	1.520,2
TO	241,8	2.816,5	6.506,4	0,0
Nordeste	10.954,7	9.957,7	47.434,5	4.704,6
MA	0,0	0,0	4.755,5	0,0
PI	115,5	0,0	0,0	0,0
CE	957,9	0,0	0,0	0,0
BA	9.881,3	9.957,7	42.679,0	4.704,6
Sudeste	204.038,4	5.640,7	586.799,7	10.104,6
MG	149.566,0	5.601,5	327.264,6	1.855,8
SP	54.472,4	39,2	259.535,2	8.248,7
Sul	1.325.217,1	24.247,9	2.620.637,3	52.713,6
PR	1.142.396,8	23.475,3	1.868.264,2	39.038,0
SC	59.618,1	302,7	242.019,7	2.175,2
RS	123.202,2	469,9	510.353,4	11.500,4
Centro-Oeste	1.871.373,0	13.255,4	1.884.552,5	27.484,7
MT	356.912,4	3.285,1	293.992,1	14.832,1
MS	208.291,8	4.469,2	297.185,9	889,2
GO	1.296.636,9	4.172,7	1.259.326,7	11.763,5
DF	9.532,0	1.328,4	34.047,8	0,0
Brasil	3.412.440,6	55.918,2	5.146.094,2	96.527,7

Fonte: Conab/Dipla/Depag/Diesp.

Obs.: COV — com opção de venda; SOV — sem opção de venda.

porque o faturamento oriundo das vendas do produto colhido neste ano foi reduzido.

Em terceiro lugar, por mais inexplicável que possa parecer, muitos fabricantes de insumos optaram por valorizar seus produtos acima da inflação. A título de exemplo, enquanto o item sementes representou 8,5% do custo variável de produção calculado pela Ocepar para 1994/95, na nova safra seu peso chegou a praticamente 10%.

Em quarto lugar, no meio rural existe plena consciência da influência depressiva sobre os preços que o elevadíssimo estoque de passagem do grão pode vir a ter durante a próxima comercialização. Em outras palavras, por mais que os agricultores saibam que a demanda de milho deve permanecer firme, por conta do otimismo observado junto aos setores de pequenos e médios animais, eles também estão cientes de que o mercado só se equilibrará na medida em que as reservas de milho cheguem a algo próximo à metade do estoque inicial previsto para 1995/96.

Condicionantes externos

Se o efeito que a disponibilidade do milho em nível mundial tem sobre as percepções do mercado interno fosse mais expressivo, este fator poderia amenizar o pessimismo ditado pelas variáveis internas. Isso porque as avaliações do USDA para o balanço mundial de oferta e demanda do grão em 1995/96 fazem prever que as cotações internacionais do milho deverão apresentar avanços na atual comercialização, tendo em vista que os estoques finais da temporada estão projetados em nível 30% menor do que em 1994/95.

Na verdade, as importações de milho realizadas pelo Brasil nos últimos anos, além de pequenas em relação à produção interna, têm sido efetivadas muito menos por uma real falta do produto do que por força de injunções econômicas que tornam essas compras mais atraentes do que o deslocamento do próprio produto brasileiro das regiões superavitárias para as deficitárias. As recentes importações do grão argentino especificamente para o Nordeste se enquadraram neste modelo, pois o preço final do produto adquirido dentro do Mercosul e transportado por via marítima foi mais compensador do que o do produto colhido no Centro-Oeste brasileiro, transportado por via rodoviária para os centros consumidores setentrionais.

Os números relativos aos balanços de oferta e demanda dos EUA e da Argentina, países aos quais o Brasil costuma recorrer quando da necessidade de complementar o abastecimento interno, informam que a disponibilidade conjunta de milho foi projetada pelo USDA em setembro último em 248 milhões de toneladas para 1995/96, ou quase 15% abaixo do verificado na temporada anterior. A origem da menor oferta foram os danos que a seca de meados do ano na área do *Corn Belt* ocasionou à lavoura norte-americana, e que

determinaram redução de aproximadamente 14% no rendimento físico da cultura naquele país, em relação aos 8.700kg/ha obtidos em 1994/95.

Pessimistas ma non troppo

São, portanto, esses múltiplos fatores, acompanhados pela forte seca que se abateu sobre o Centro-Sul do país até fins de setembro último, que vêm moldando a tendência do plantio do milho relativa à primeira safra da temporada 1995/96.

É interessante observar que, dependendo do estado da Federação, as perspectivas quanto à opção pelo cereal variaram de um forte pessimismo a um relativo otimismo. Não há dúvida de que essas posições foram influenciadas pelas características específicas de cada uma das regiões.

O estado de Santa Catarina é um bom exemplo de até que ponto o próprio perfil agrário atua como determinante nas decisões de plantio. Isto porque a porção oeste catarinense, onde se concentra a lavoura do milho, caracteriza-se pela forte presença de pequenas propriedades, nas quais coexistem rebanhos avícolas e suinícolas, e que sofrem influência direta do ritmo produtivo determinado pelas agroindústrias de carnes lá instaladas (geralmente por meio do processo de integração).

Além do mais, trata-se de estado tradicional comprador de milho de outras regiões do país, por sua capacidade produtiva ser insuficiente para as necessidades de alimentação do rebanho local.

Tendo em vista, portanto, o otimismo que reina junto às atividades criatórias, a Cepa catarinense não espera que venha a ocorrer uma mudança de grande vulto na tendência de plantio do milho, o qual ocupou 1,06 milhão de hectares no ano passado. Já no que diz respeito ao rendimento físico, o menor nível de utilização de insumos deverá acarretar uma diminuição próxima de 5% no resultado final da atual safra.

O quadro paranaense difere um pouco do catarinense, por vários motivos. O principal é o fato de o Paraná ser um estado não só consumidor como também exportador do cereal, o que subentende uma maior sensibilidade dos produtores à comercialização insatisfatória da safra 1994/95. Em outras palavras, o fato de o preço real médio recebido no estado, de janeiro a agosto últimos, ter sido 22% menor do que o do mesmo período do ano anterior reforçou a percepção negativa dos agricultores quanto ao investimento na cultura do milho.

Como a recomendação agronômica é de que a semeadura do cereal não se dê após meados de outubro, a regularização das chuvas em fins de setembro facultou o início dos trabalhos no Paraná, aplacando os temores de um forte aumento da preferência pela soja. Por outro lado, dependendo da região, tem-se notado uma flexibilização nesse prazo. A oeste e ao sul do estado, por exemplo, os agricultores escalonam o plantio do milho de dezembro até fevereiro, após colherem o chamado feijão "do cedo"; já ao norte, existe a preferência pelo plantio antecipado de milho, de modo a, posteriormente, optar pelo cultivo da segunda safra do próprio milho ou da chamada soja tardia.

De posse desses indicadores, o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Paraná estimou que venha a ocorrer uma retração da ordem de 6% na área cultivada com o milho em 1995/96.

Fechando o quadro da região Sul, a tendência do plantio do milho em solo gaúcho não é das mais animadoras. Aparentemente, o estado poderia estar caminhando para reverter a tendência observada na safra 1994/95, quando a área cultivada com a soja encolheu 181 mil hectares, 80% dos quais foram transferidos para a produção do milho.

Com a consolidação do plantio da segunda safra de milho, a tradicional tendência à elevação dos preços na entressafra mudou de forma radical.

Dependendo da região deste estado, a diminuição no cultivo do milho pode chegar a até 30%, com as dificuldades para obter crédito de custeio reforçando a percepção de que a redução da área no estado como um todo alcance 10%. O rendimento físico forçosamente também irá diminuir, devido aos menores dispêndios na lavoura, levando a crer que ele poderá voltar ao nível usual na região, da ordem de 2.600kg/ha.

Para o estado de São Paulo, a situação é diferente daquela definida para a região Sul, pelo próprio fato de tratar-se do estado do Centro-Sul com o maior déficit de produção local em relação à demanda.

As primeiras avaliações efetuadas pelo Instituto de Economia Agrícola apontam certa vantagem do milho em relação à soja para 1995/96, na medida em que a disponibilidade de crédito para o primeiro tem sido menos reduzida do que para esta última. Além do mais, as doenças que vêm acometendo a soja têm obrigado os agricultores paulistas a procederem à rotação desta leguminosa com o milho.

Mesmo assim, dificilmente a lavoura paulista escapará dos efeitos perversos que a menor disponibilidade de recursos implicará sobre a utilização de insumos, levando por certo o rendimento físico a patamar inferior aos 3.334kg/ha observados em 1994/95.

As perspectivas do plantio do milho em Minas Gerais também refletem o mau desempenho da comercialização do produto em 1994/95. Dependendo da capacidade financeira do agricultor, esta cultura será mais ou menos prejudicada, pois, enquanto o lavrador

mineiro de pequeno porte depende da produção do grão para sobreviver, o de maior porte dispõe de alternativas, tais como o plantio da soja ou o investimento em pastagens.

Por estes motivos, espera-se que a área semeada com o milho em 1995/96 no estado não venha a apresentar alteração significativa, se comparada aos 1,5 milhão de hectares ocupados na temporada anterior, embora possa haver uma perda no rendimento físico.

Em termos da porção Centro-Oeste do país (que produziu quase 18% da safra 1994/95), destaca-se o estado de Goiás, responsável por 60% da colheita da região, e cujo caso é digno de uma avaliação mais detalhada, por vários motivos.

Primeiramente, o maior porte de seus agricultores dá à lavoura goiana de milho um perfil mais empresarial do que a média do Centro-Sul, acarretando um desempenho sempre destacado em termos de rendimento físico. A título de exemplo, tanto na primeira quanto na segunda colheita da safra 1994/95, o desempenho de Goiás — respectivamente 4.060kg/ha e 2.503kg/ha — foi o melhor dentre os estados de maior área plantada.

A disponibilidade de milho na Argentina e nos EUA para 1995/96 foi prevista pelo USDA em 248 milhões de toneladas, ou quase 15% abaixo da temporada anterior.

Além disso, trata-se de região tipicamente exportadora do grão, uma vez que seu consumo interno é muito baixo, devido à fraca presença de rebanhos avícolas e suinícolas. De janeiro a agosto últimos, por exemplo, o alojamento de 13,5 milhões de pintos de corte no estado, embora 12% maior do que o observado no mesmo período de 1994, representou apenas 16% do total do Centro-Oeste e menos de 1% do alojamento total brasileiro.

Na medida em que o rebanho avícola é responsável pelo maior consumo isolado de milho[1] e que Goiás colheu quase 10% da safra 1994/95 brasileira de milho, fica patente que a defasagem entre sua oferta e seu consumo acabam por gerar um forte superávit do cereal.

Ocorre que a válvula de escape deste excedente, usualmente representada pelas aquisições nordestinas, foi extinta em 1995, por conta da maior competitividade do milho importado da Argentina. Por conseguinte, a tradicional tendência à formação de estoques no estado atingiu seu ponto máximo este ano, por força do aumento de 12% na colheita da primeira safra, em comparação com os 2,85 milhões de toneladas obtidos em 1993/94, justificando que a área cultivada no estado com o grão na segunda safra tenha encolhido 40% em relação ao observado em 1994.

Esses acontecimentos, por si só, já seriam suficientes para justificar a perspectiva de que o plantio do milho em Goiás deverá apresentar considerável contração na temporada 1995/96. Acrescentando-se a eles as dificuldades de obtenção de crédito de custeio e o encarecimento dos insumos, seria razoável supor que o resultado final da colheita futura da primeira safra de milho venha a ser até 10% menor do que o registrado em 1994/95.

Esta análise discriminada dos seis estados mais representativos sugere que a sua produção conjunta na primeira safra da temporada 1995/96 possa vir a ser próxima a 25 milhões de toneladas. Como eles são responsáveis por pouco mais de 80% da produção brasileira da primeira safra, fica subentendido que o país poderá vir a dispor de praticamente 31 milhões de toneladas na próxima colheita.

Qualquer tentativa de montagem do próximo balanço de oferta e demanda do milho esbarra na impossibilidade atual de se saber a quanto chegará a colheita da safrinha em 1996. O que pode ser feito, porém, é uma aproximação quanto ao montante que será necessário obter nessa segunda colheita para a garantia do abastecimento interno na temporada 1995/96, a partir de uma pré-avaliação do consumo.

Esta última variável oscilará basicamente a partir do que se observar junto à demanda das carnes de aves e de suínos. O que se pode inferir é que, mantendo-se sob controle tanto a inflação em 1996, quanto os custos de produção dos rebanhos, o consumo de proteínas animais poderá expandir-se no mesmo ritmo apresentado no atual exercício. Em outras palavras, haveria espaço para que o desaparecimento interno do milho avançasse, mais uma vez, cerca de 8% em relação aos 35,5 milhões de toneladas estimados pela Conab para 1994/95.

Neste caso, a adição dos estoques de passagem de 7,6 milhões de toneladas à produção da primeira safra de 31 milhões de toneladas significaria uma disponibilidade interna parcial de quase 39 milhões, ou 260 mil toneladas acima do consumo provável. Em outras palavras, a segunda safra teria que garantir os restantes 2,74 milhões de toneladas necessários para a formação de um estoque final de equilíbrio de 3 milhões de toneladas.

Vale lembrar que apenas em 1995 a colheita da safrinha superou o patamar dos 2 milhões de toneladas, por força das excelentes condições meteorológicas registradas no Paraná durante o último inverno. Em outras palavras, jogar sobre a safrinha a responsabilidade de garantir o equilíbrio do balanço de oferta e demanda de um produto estratégico como o milho representa um grande perigo, tendo em vista o risco inerente ao cultivo de qualquer produto fora da época recomendada.

[1] Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Rações (Anfar), serão destinados às aviculturas comerciais de corte e postura quase 70% da produção brasileira de rações em 1995.

IRENE RAGUENET TROCCOLI